

Sociologia da religião, pluralismos e intolerâncias: pautas contemporâneas

Sílvia Regina Alves Fernandes¹

Resumo: A partir de um caso empírico sobre intolerância religiosa no Rio de Janeiro, o artigo discute a atualidade da abordagem sociológica sobre pluralismo religioso buscando apontar os rumos do debate e os desafios colocados para os pesquisadores da religião, no âmbito das ciências sociais. Sob o ponto de vista teórico, dialoga-se primordialmente com Antônio Flávio Pierucci, tanto no que tange aos dilemas da diversidade religiosa no país quanto no que se refere à problematização das religiões afro-brasileiras como categoria minoritária. A abordagem weberiana formata a análise no sentido de se buscar compreender os interesses das ações promovidas pelos atores em jogo. Verifica-se, por fim, que o impacto de querelas públicas envolvendo grupos religiosos considerados minoritários reacende o debate sobre pluralismo na sociedade brasileira, ainda que o estatuto do chamado pluralismo deva ser complementado com novos incisos.

Palavras-chave: intolerância religiosa, sociologia da religião, pluralismo, espaço público, direitos humanos.

Sociology of religion, pluralisms and intolerances – contemporary issues.

Abstract: *Considering one empirical case on religious intolerance in Rio de Janeiro, the article discusses the relevance of the sociological approach regarding religious*

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) - Rio de Janeiro - Brasil – fernandes.silv@gmail.com

pluralism, seeking to identify the paths of the debate and the challenges posed to the researchers of religion in social sciences. Primarily, from a theoretical point of view, we have dialogued alongside Antonio Flavio Pierucci with both dilemmas of religious diversity in the country and questioning the minority category, referring to African-Brazilian religions. The weberian approach formats the analysis in order to seek to understand the interests of the actions promoted by the actors involved. Finally, we have analyzed that the public quarrels impacts involving religious groups considered as minority, rekindles the debate on pluralism in Brazilian society, although new items should be add to the pluralism category.

Keywords: *religious intolerance, sociology of religion, pluralism, public space, human rights*

“Todo esse agito religioso a olhos vistos na cena brasileira, nada mais é que o resultado da liberdade ampla de que atualmente gozam em nossa República, e graças a ela, os profissionais e ativistas de toda e qualquer confissão religiosa” (Pierucci, 2008, p.13).

É sempre revigorante retomar os escritos de Antônio Flávio Pierucci quando o assunto em pauta são querelas públicas religiosas e as interpretações dos sociólogos e antropólogos da religião sobre tais eventos. O trecho citado é oportuno para contextualizar a temática central deste artigo, especialmente por dois motivos que se entrelaçam: 1. A evidência da liberdade religiosa em um país como o Brasil apresenta um conjunto de contradições e permite sempre sofisticar a compreensão sobre as nuances do pluralismo; 2. Sendo o autor um defensor da sociologia da religião nos moldes weberianos, seu pensamento nos mobiliza na elaboração de novos investimentos analíticos no estudo do fenômeno religioso e de suas - às vezes inusitadas - manifestações cotidianas no Brasil.

O objetivo deste texto é tratar dessas duas inquietações de modo ainda ensaístico. Na primeira parte, trago alguns exemplos entendidos como intolerância religiosa para, em seguida, apresentar o debate sobre o caso Kaylane - um episódio específico de intolerância religiosa ocorrido no Rio de Janeiro em 2015. Coloco em discussão os posicionamentos de diferentes atores e agentes religiosos e me concentro em analisar as nuances do pluralismo como um mote inspirador da sociologia da religião contemporânea, explorada mais detidamente nas seções seguintes a partir desta chave.

Pretendo costurar o debate não apenas pela temática da tolerância/intolerância, mas argumentando sobre como estes episódios são estimulantes para a construção de uma sociologia compreensiva que analisa os interesses dos atores em

jogo nos diferentes grupos e campos de atuação. Afirmar isso significa, também, rascunhar um certo ofício do sociólogo, à la Bourdieu (2004), em um esforço de ruptura com a sociologia espontânea apresentando eixos interpretativos que realmente favoreçam a análise objetivamente possível do evento em questão.

Note-se, então, que três elementos são colocados em relação: o evento em si, enquanto revelador da necessidade de permanente atualização sobre o pluralismo inteiramente consensual; a dinâmica da tolerância em contexto de diversidade religiosa e, por fim, a postura sociológica frente à análise de fenômenos sociais que têm como estopim a religião no espaço público.

Episódios que resultam em reações violentas de determinados atores a religiões, líderes religiosos e/ ou seus símbolos não são raros no país e se inscrevem na categoria da “intolerância religiosa” mobilizando pesquisadores em diferentes percursos analíticos (Giumbelli, 2006; Birman, 2006; Silva, 2007; Mariano, 2007). Pode-se compreender a intolerância religiosa como um tipo ideal que se traduz no Brasil como atitudes que resultam em diferentes modalidades de violência (física, verbal ou psicológica) exercidas por determinados sujeitos sociais contra outros de uma dada tradição religiosa.

Apresentando-se quase sempre como uma via de mão única, esse tipo de intolerância se expressa, na maioria das vezes, por meio de ações orquestradas por membros de denominações neopentecostais em direção a membros e locais de culto de religiões afro-brasileiras (candomblé e umbanda), podendo do mesmo modo ocorrer contra símbolos do catolicismo.

Neste último caso teríamos uma direção reversa, uma vez que apenas na década de 1960 observou-se uma disposição oficial da Igreja Católica em relação aos não cristãos, a partir da homilia do papa Paulo VI, por ocasião da institucionalização do secretariado para os não cristãos. Atualmente, e mais incisivamente com o pontificado do papa Francisco, as iniciativas de teólogos para fortalecer o diálogo inter-religioso têm se expandido, ampliando os limites de interlocução para muito além do cristianismo (Teixeira, 2002).

Essas seriam as direções mais correntes dessa via. Entretanto, há registros tornados menos públicos, de situações em que membros de denominações evangélicas são também vilipendiados, além de outros grupos religiosos de menor visibilidade, como o Santo Daime, o islã e, ainda, situações de constrangimentos experimentados por ateus. Alguns exemplos são listados no “Mapa da Intolerância Religiosa no Brasil”,² organizado pelo jornalista Marcio Gual-

2 É possível acessar o documento na íntegra aqui: <<http://www.fonaper.com.br/noticia.php?id=1197>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

berto. O documento foi publicado em 2011 e, segundo Gualberto, será atualizado em 2015. Ainda que sejam ressalvados possíveis limites metodológicos da coleta de dados para a edição desse mapa,³ a iniciativa deu visibilidade a uma série de ocorrências em todo o país que podem vir a ser atualizadas na nova versão do documento.⁴

A efervescência do tema mobilizou também a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República que tem registrado, por meio do disque denúncia, uma proliferação de casos, apontando haver uma denúncia a cada três dias no país. Um terço dos atingidos pertence a religiões de matriz africana (candomblé e umbanda), mas outras tradições têm sido também afetadas.

Ainda que se possa colocar em questão o rigor da coleta feita pelo canal disque-denúncia e que eventualmente pode comprometer a confiabilidade dos dados, o fato é que no período de 2011 a 2014 foram contabilizados 216 casos sob a categoria de intolerância religiosa distribuídos da seguinte forma: religiões afro-brasileiras: 75; evangélicas: 58; Espiritismo: 27; Catolicismo: 22; Ateus: 8; Judaísmo: 6; Islamismo: 5; Outras: 15. O gráfico divulgado pelo jornal *A Folha de S. Paulo*⁵ mostra ainda que 20% dos casos relatados em 2013 envolveram violência física e até junho de 2014 foram 12% de casos com esse perfil.

Esses dados incitam algumas ponderações. Primeiramente, note-se que a ausência de séries históricas de longa data impede a afirmação sobre ascensão ou não dos chamados casos de intolerância no Brasil. Além disso, por outro lado, a prática de denúncia pública não é sedimentada de modo homogêneo nos diferentes segmentos e classes sociais, o que resulta, certamente, em registros que podem não revelar a totalidade dos fatos. Por fim, muitos denunciantes não indicam com clareza a denominação ou instituição do agente agressor, o que facilita a ocorrência de imprecisões na delimitação dos grupos ou instituições religiosas supostamente tidos como agressores. Feitas essas ponderações, sublinho que o alarde sobre aumento da intolerância religiosa no Brasil não pode se justificar apenas sobre dados do disque-denúncia ou sobre o que é ressaltado pela grande mídia. Não há como negligenciar o fato de que há interesses de diversas ordens na composição da notícia e na disposição dos fatos divulgados.

3 Na publicação não há explicitação de como os dados foram coletados, mas os autores declaram terem recolhidos episódios de intolerância religiosa durante um período de dez anos, o que significaria que foram considerados registros a partir do ano 2000.

4 Cf.: <<http://radios.etc.com.br/amazonia-brasileira/edicao/2015-06/jornalista-prepara-novo-mapa-da-intolerancia-religiosa>>. Acesso em: 14 maio 2015.

5 Cf.: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/06/1648607-a-cada-3-dias-governo-recebe-uma-denuncia-de-intolerancia-religiosa.shtml>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

A querela pública que inaugurou o debate acadêmico em relação à intolerância religiosa foi o “chute na santa”, ocorrido em 1995, e suficientemente analisado por Almeida (2007) sob a chave da diferença e dos desdobramentos interdenominacionais da noção de interculturalidade no universo religioso católico e protestante. Quinze anos depois, o líder da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), ao fazer uma interpretação pós-fato, declarou em uma entrevista:

“Foi um chute no estômago, para não dizer num lugar mais baixo. Foi a pior coisa que aconteceu dentro do trabalho da Igreja Universal. Porque não é o nosso estilo agredir a religião dos outros. Se exigimos respeito à nossa crença, temos que respeitar as outras crenças”.⁶

O fato de ter sido o “chute na santa” o episódio de maior repercussão na mídia no que tange à intolerância religiosa – também por se tratar de uma investida contra um símbolo da religião numérica e culturalmente majoritária no país – faz com que a IURD seja colocada no “olho do furacão” sempre que episódios de intolerância vêm à tona. Essa representação social é também reforçada porque muitos “testemunhos” de ex-participantes do candomblé, umbanda ou outra tradição desse universo, convertidos à IURD, reproduzem a ideia de combate aos terreiros e lugares de culto das religiões afro-brasileiras das quais já foram aderentes. Com isso, quero dizer que, se por um lado o “chute na santa” coloca a IURD como a denominação pivô das práticas de intolerância religiosa, por outro, como mencionei acima, os registros oficiais, por meio do disque denúncia, ainda são frágeis para que todos os episódios dessa natureza sejam creditados de maneira acrítica na conta da IURD ainda que o histórico dessa denominação tenda a condená-la.

O posicionamento atual de Edir Macedo no trecho da entrevista citada pode ser traduzido como um aspecto da estratégia iurdiana diante do pluralismo religioso que, conforme os últimos dados censitários contabilizou menor número de adeptos em seus bancos. Eles passam de 2.101.887 em 2000 para 1.873.243 em 2010.⁷ Na esteira desse debate, por ocasião da liberação dos dados do último censo, sugeri que a IURD pode estar vivendo no momento atual algo semelhante ao que a Igreja Católica viveu antes da explosão das denominações neopentecostais, a saber, a acomodação diante do fato de exercer uma posição

6 Confira a entrevista de Edir Macedo dada a Roberto Cabrini, no canal SBT. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/diversao/televisao/2015-04-27/ao-sbt-bispo-edir-macedo-fala-de-chute-na-santa-e-xuxa-na-record.html>> . Acesso em: 05 out. 2015. Grifo meu.

7 Dados da base SIDRA localizada em: <<http://ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 maio 2015.

confortável no terreno das disputas religiosas. Contudo, o ambiente pluralista demanda inovações institucionais se o objetivo visado for alcançar um maior número de seguidores.

Desse modo, uma hipótese plausível seria a de que a IURD caminharia para o esgotamento de um certo modelo fomentador de adesão religiosa, sendo o seu arrojo atualmente copiado e incrementado por outras igrejas neopentecostais. Isso significa dizer que não apenas o fator “criatividade” é inerente à condição de disputa no campo religioso,⁸ mas que os atores religiosos estão situados, isto é, dotados de política reflexiva que delinea seus modos de articulação e ação no espaço público a depender de sua posição na esfera religiosa.

Essa ideia de interesses dos atores mobilizados por uma política reflexiva será mais bem explorada na penúltima seção deste texto onde conjugo a perspectiva weberiana com o posicionamento de diferentes grupos e atores sociais envolvidos no fato em análise.

O caso Kaylane

Feita essa breve contextualização sobre o tema, o caso empírico ao qual pretendo me deter, entretanto, não é o “chute na santa” e nem necessariamente a IURD, mas antes trago à discussão o caso Kaylane e algumas narrativas de atores religiosos, seja no universo evangélico ou católico, que, em certa medida, estiveram envolvidos com o evento. Passemos ao caso.

Em 16 de junho de 2015, a menina Kaylane, de onze anos de idade, foi atingida na cabeça por uma pedra ao sair de um culto de candomblé no Rio de Janeiro, Vila da Penha, subúrbio da cidade. Kaylane estava acompanhada por um grupo de oito pessoas que também haviam participado do culto. Segundo a avó da menina, o grupo foi insultado por dois homens portando a Bíblia, que se dirigiam aos membros do culto como “demônios” que deveriam “queimar no inferno”. Até julho de 2015, a identidade religiosa dos agressores não foi ainda descoberta, mas ocorreu por parte dos que foram vilipendiados atribuição do ato aos evangélicos.

O caso repercutiu fortemente na grande mídia e nas redes sociais. Nestas últimas, a partir de uma campanha iniciada pela própria menina. Religiosos afro-brasileiros vestidos de branco pediam paz apresentando fotografias em que portavam faixas e cartazes com a seguinte inscrição: “Eu visto branco. Branco da paz. Sou do candomblé e você?” Esse apelo à paz marca uma posição de não enfrentamento físico e verbal, sendo em si mesmo um chamado a disposições

8 Cf.: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/511249-estamos-falando-de-re-construcao-de-identidade-religiosa-entrevista-especial-com-silvia-fernandes>>. Acesso em: 13 maio 2015.

menos acirradas no campo religioso, além de revelar um tipo de reação que parece visar à quebra do estereótipo de malignidade associado ao uso da roupa branca pelos adeptos dos cultos afro-brasileiros. Temos, portanto, uma reação em prol do reconhecimento da identidade religiosa desses atores.

Com efeito, as reações dos membros das religiões de matriz africana, tidos como minoria religiosa, parecem estar em ascensão no Brasil, diferentemente de um posicionamento tímido e exclusivamente por meio de vias jurídicas como considerado por alguns pesquisadores (Giumbelli, 2006; 2007). Em razão da visibilidade que os casos têm tomado nos últimos anos, a partir das redes sociais e da mídia, nota-se haver novas modulações nas reações dos adeptos das religiões de matriz africana quando atingidos. Suas formas de reação na esfera pública os tem colocado em evidência e alterado a sua visibilidade social, situando-os, portanto, não mais numa condição de minoria – tendo em vista o número de adeptos declarados nas pesquisas censitárias – mas como um grupo social relevante, sobretudo no debate sobre intolerância religiosa.

Diante desse fato, podemos problematizar o dado quantitativo estável (0,3%) dos adeptos das religiões afro-brasileiras numa situação de pluralismo, pois essa aparente estabilidade é carregada de nuances importantes, tanto sob o ponto de vista da composição das religiões afro-brasileiras, em que o candomblé vem se destacando em relação ao número de adeptos, quanto no que se refere à contribuição dessas religiões no debate sobre afirmação de identidade (Duccini; Rabelo, 2013).

Caberia um levantamento sistemático sobre as estratégias de reação desses grupos a episódios interpretados como práticas de intolerância religiosa. Os exemplos abaixo ilustram as modulações reativas que eles enunciam.

No Rio de Janeiro e em São Paulo, membros de religiões afro-brasileiras reuniram-se à porta da sede do Ministério Público Federal em protesto contra o grupo de jovens iurdianos denominados Gladiadores do Altar. Talvez em razão de haver um recrutamento ostensivo de jovens para esse grupo e/ou ainda pelo nome remeter a disposições de luta e combate, muitos membros dos cultos afro-brasileiros sentem-se ameaçados por ações violentas que possam vir a ser engendradas contra suas respectivas religiões por jovens iurdianos. A partir de então, demandaram do Ministério Público uma investigação sobre tal grupo. O advogado que representa os adeptos requerentes declarou à imprensa:

É uma postura paramilitar. Nós já sofremos preconceito de vários membros da IURD, que destroem terreiros e perseguem pessoas das religiões afro nas ruas. Não vamos esperar um grupo de seis mil homens que se denomina

como um exército, pegar em armas ou agir contra a gente ou que um grupo fundamentalista cresça em nosso país.⁹

É curioso notar que, mais uma vez, a IURD é colocada como uma espécie de centro irradiativo e, dessa vez, potencial, já que até o momento da denúncia ao Ministério Público não havia registro de nenhuma ação de jovens iurdianos Gladiadores do Altar contra os adeptos de religiões afro-brasileiras. Assim, possivelmente em razão dos inúmeros ataques vividos, os religiosos afro-brasileiros construíram um posicionamento consensual e imponderável sobre os perigos que essa denominação religiosa lhes oferece, colocando-se, portanto, em permanente estado de alerta. Além disso, parece haver por parte de alguns setores da sociedade brasileira e das religiões de matriz africana a compreensão da categoria “evangélicos” como constituída por certa homogeneidade, sem que se distinga as diferentes tradições, costumes e doutrinas inerentes a cada denominação.

A repercussão do caso Kaylane provocou ainda a mobilização da Secretaria de Direitos Humanos, gerando uma audiência pública¹⁰ e o recolhimento de um abaixo-assinado que contou com 35.000 assinaturas. O documento foi entregue ao ministro dos Direitos Humanos, Pepe Vargas, em 26 de junho de 2015. Em relação ao conteúdo do documento, foi demandado do ministério a promoção de uma campanha nacional de conscientização contra a intolerância religiosa. Podemos considerar que a formulação desse abaixo-assinado é mais uma reação que se inscreve fora do âmbito judicial.

Apenas esses dois exemplos já nos permitem afirmar que, a despeito de serem as religiões afro-brasileiras minorias religiosas, a sua atual capacidade de mobilização da sociedade brasileira em diferentes instâncias – governo, mídia, igrejas – as reposiciona na esfera social a partir de seus impactos, não apenas no campo religioso, mas também no político, jurídico e cultural.

Desse modo, o caso Kaylane motivou posicionamentos de várias instituições e atores na sociedade brasileira, espelhando imagens da diversidade religiosa. A reação pública dos adeptos dos cultos afro-brasileiros engendra um efeito cascata, promovendo outras reações de apoio e adesão à causa contra a intolerância religiosa. Assim, o arcebispo do Rio de Janeiro convidou a menina, a avó e o

9 Cf. a notícia e fotos publicadas pela Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1607108-religioes-de-raiz-africana-pedem-investigacao-de-grupo-gladiadores-do-altar.shtml>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

10 Cf.: <<http://www.sdh.gov.br/noticias/2015/junho/pepe-vargas-faz-apelo-a-sociedade-por-mais-tolerancia-religiosa-em-audiencia-publica>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

ativista Ivanir dos Santos - interlocutor da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR) - para um café da manhã na cúria arquidiocesana; o pastor João Melo, da Igreja Batista da Vila da Penha, recebeu Kaylane em sua instituição, bem como promoveu uma manifestação contra a intolerância religiosa no bairro; a escola judaica Eliezer Steinberg Max Nordeau ocasionou um encontro entre os alunos e a menina.

Para além das incontáveis manifestações nas redes sociais e da querela pública advinda do jornalista da TV Bandeirantes, Ricardo Boechat, com o pastor Silas Malafaia,¹¹ em relação à identidade religiosa dos autores da agressão, houve ainda manifestações de líderes evangélicos, um deles filiado ao partido PSC¹² – Partido Social Cristão, numa clara defesa do segmento em relação às acusações dos membros dos cultos afro-brasileiros.

A mobilização desse conjunto de atores em relação ao caso reforça a ideia de que os números censitários são retratos cuja densidade pode ser sempre explorada a partir das configurações cotidianas das instituições religiosas, de seu impacto em diferentes esferas da sociedade brasileira e ainda de sua capacidade de redimensionar o debate acerca da diversidade religiosa no país.

Não temos recursos para tornar as intencionalidades desses atores claramente explicitadas, mas podemos sugerir que, como afirma Pierucci, esse “agito” é inerente ao ambiente pluralista que será analisado a seguir mais detidamente e que tem o potencial de promover constantes reposicionamentos dos atores e instituições religiosas. Exatamente por isso, não é possível negar a diversidade religiosa pelo simples fato de termos a grande maioria da população se declarando cristã.

O caso Kaylane sublinha um aspecto específico inscrito no debate sobre o pluralismo religioso na sociedade brasileira e que se notabiliza na intensificação das demandas por reconhecimento identitário notadamente em expansão no Brasil. Nessa agenda, inscrevem-se as narrativas sobre direitos, liberdade e tolerância em tempos pautados em um ideário de respeito ao outro diferente. Dizer isso é também afirmar que a perspectiva dos direitos humanos vem sendo acionada, de diferentes modos, pelos atores em jogo – vítimas e seus apoiadores, sempre que necessário para legitimação das intenções de seus narradores. Nessa direção, estabelece-se, como sugeriu Hirschman (1982), uma clara tensão entre o interesse próprio e a moralidade pública como componente a modular a escolha dos indivíduos por levantar a voz ou retirar-se da ação coletiva.

11 O vídeo com a discussão está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_GwC-ZghiOg>. Acesso em: 25 jun. 2015.

12 Conforme depoimento do Deputado Federal Victorio Gálili, do PSC/MT - membro da igreja Assembleia de Deus: <<http://midianews.com.br/conteudo.php?sid=262&cid=235704>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

Dinâmica do pluralismo em contexto de diversidade religiosa

Em um texto muito conhecido e polêmico Antônio Flávio Pierucci (2006) relativiza a existência da diversidade religiosa no Brasil argumentando que a tradição cristã é dominante, sobrando poucos números para contar nas demais categorias religiosas mapeadas nos censos. Embora ele admita o pluralismo, seus argumentos apontam que, em nosso caso, esse pluralismo estaria circunscrito a poucos milhões de brasileiros quando comparados ao volume dos que se declaram cristãos, sendo esse fato uma condição e simultaneamente um reflexo de uma sociedade secularizada.

Reginaldo Prandi (2013), por sua vez, defende que os números censitários em relação aos seguidores de religiões afro-brasileiras sempre foram subestimados e discute como essas categorias analíticas se formaram historicamente nas bases censitárias, ora agregando umbanda e candomblé, ora separando essas duas tradições e integrando ao candomblé, o xangô, o batuque e outras modalidades religiosas afro-brasileiras numericamente menores. O autor nos recorda ainda que há uma parte significativa dos adeptos dessas religiões que se identificam como católicos ou como espíritas, o que certamente sombria os números atribuídos de forma que incontestemente à representação desse segmento religioso na população.

Embora concordando com Pierucci e Prandi, opto por orientar este debate no sentido da problematização necessária sobre as noções de pluralismo e diversidade religiosa.¹³ Dito de outro modo, inscrever a temática a partir da discussão sobre querelas públicas e sua capacidade de mobilização de diferentes atores me parece bem mais produtivo analiticamente. Assim, a meu ver, essas noções devem extrapolar a agregação quantitativa para pensarmos em termos de evidências de presença e ausência na cena pública; de repercussões e silenciamentos; de imagens e textos que funcionam como indícios a serem perseguidos no processo de compreensão das intencionalidades em jogo.

Isso não significa desprezar a relevância numérica, muito pelo contrário, significa, como venho sugerindo (Fernandes, 2010), que na medida em que os dados quantitativos integram o nosso ofício são também pontos de partida importantes para a análise da disposição dos grupos religiosos na sociedade brasileira. Entretanto, as dinâmicas que esses grupos e indivíduos imprimem ao cotidiano social – muito mais do que a sua representação numérica – facilitam a compreensão tanto de sua natureza quanto de seus princípios agregadores. Além disso, os efeitos das religiões em ambiente pluralista são permeados de controvérsias que podem ser

13 Para uma análise da diversidade especificamente do catolicismo ver Cecília Mariz (2006).

traduzidas como dados em relação, no sentido de estarem “interagindo com diferentes contextos sociais e ofertas religiosas” (Fernandes, 2006: 112). Os dados, portanto, se relacionam, inspiram e explicam parte da realidade, não se constituindo necessariamente como peças fixas de uma engrenagem e demandando, portanto, do pesquisador uma revisão permanente de seus significados.

O caso Kaylane nos permite adensar esse argumento. De fato, a menina adepta de uma modalidade de religião afro-brasileira, o candomblé – que praticamente se apresenta zerada nas bases censitárias¹⁴ –, mobiliza um conjunto de atores religiosos ou não diferentemente situados no campo religioso brasileiro em sua defesa. O pluralismo enquanto reflexo da diversidade religiosa pode ser inscrito num inciso mais amplo do que o mero dado censitário. Ele avança em direção ao que vem sendo erigido como uma bandeira das sociedades pluralistas: os direitos individuais associados às políticas de reconhecimento.¹⁵

Esse tema eclode articulado com a noção de tolerância e respeito em todas as narrativas dos atores religiosos que receberam a menina Kaylane após o episódio vivido.¹⁶ Daí considerarmos que, em ambiente pluralista no qual várias tradições religiosas convivem, grupos tidos como minoritários são elevados a um estatuto mais universalista ancorado em narrativas que se articulam em torno das ideias de respeito e tolerância. Instituições tidas como majoritárias, mas em declínio quantitativo podem, ao mesmo tempo, mostrar vitalidade qualitativa a partir do modo como se posicionam na cena pública. Católicos, evangélicos e judeus ocupam posições bem diversas no campo religioso brasileiro e cada uma dessas categorias, não custa recordar, são heterogêneas em si mesmas.

Neste ponto, podemos fazer uma breve incursão entre as cosmovisões e políticas reflexivas sobre atores em algumas das instituições que entram em cena no caso Kaylane: Igreja Católica, Igreja Batista, Escola Judaica e Assembleia de Deus Vitória em Cristo. Numa tentativa ensaística, considero plausível assumir que as narrativas sobre respeito e tolerância não emergem apenas como um texto pró-tolerância ao sujeito agredido, mas também como um modo de alcançar visibilidade social e promover reconhecimento das instituições às quais estão vinculados os defensores da menina.

14 Apesar de serem as religiões afro-brasileiras minoritárias, o candomblé apresentou um incremento de 31,2% no censo de 2010, enquanto a umbanda cresceu apenas 2,5% (Duccini; Rabelo, 2013).

15 Penso nos termos de Charles Taylor (2000) ao traçar o desenvolvimento histórico das políticas de reconhecimento nas sociedades liberais. Para ele, foi disseminada a ideia de que somos formados pelo reconhecimento. O autor discute as tensões e conflitos dessa política de modo magistral, demonstrando como ela se desenvolveu tanto na esfera íntima quanto na esfera pública.

16 A palavra “respeito” aparece também no trecho da entrevista de Edir Macedo, indicada na primeira seção deste texto, e virá sublinhada em outros momentos deste texto para endossar o argumento.

A Igreja Católica no Brasil tende a pautar suas ações nas chamadas “Diretrizes para a Ação Evangelizadora”; na “justiça social”, e em princípios doutrinários que as orientam. Nos últimos anos vem reforçando sua dimensão “evangelizadora” ao traçar os rumos de sua atuação na sociedade com forte ênfase na missão e em práticas mais voltadas para o cultivo do elemento religioso em si como visto a partir da expansão das novas comunidades carismáticas, sobretudo entre a juventude.

Ainda assim, as chamadas Campanhas da Fraternidade (CF) historicamente têm focado temáticas relacionadas à sociedade brasileira. Observa-se, entretanto, que embora em 2015 o tema da CF seja: “Igreja e sociedade”, sugerindo uma interação com temas sociais emergentes, o lema é “eu vim para servir” e a ilustração da capa mostra o papa Francisco no rito do *lava-pés*, repetindo o gesto clássico da liturgia cristã em que o Cristo teria lavado os pés de seus discípulos em sinal de humildade. Nota-se, portanto, claramente, uma orientação institucional fortemente direcionada para a vida espiritual dos cristãos, visando o reforço da identidade institucional em situação de intenso pluralismo.

Daí as diretrizes institucionais para o triênio 2011-2015 preconizarem que, no contexto atual de “mudança de época”, a atitude missionária deve ser reforçada para o chamado “anúncio de Jesus Cristo”. O texto chega a mencionar que não se trata de uma disputa em função da diminuição do número de católicos, mas o reforço da atitude missionária estaria relacionado com o testemunho necessário de Jesus Cristo. O trecho do documento citado em nota¹⁷ defende o respeito e também combate ao que denominam de “inúmeras formas de destruição da vida”.

Inscrito nessa lógica, o cardeal do Rio de Janeiro se apressa em receber a menina Kaylane após o ataque sofrido. O gesto está em consonância com as orientações institucionais que fortalece o respeito às diferenças, na lógica da preservação dos direitos humanos e da liberdade religiosa. A consequência pública deste gesto é o reconhecimento social da Igreja Católica como uma instituição

17 CNBB. Documento 94: *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil – 2011 – 2015*. Confira o item 3.1. do documento onde se lê: “Na medida em que as mudanças de época atingem os critérios de compreensão, os valores e as referências, os quais já não se transmitem mais com a mesma fluidez de outros tempos, torna-se indispensável anunciar Jesus Cristo, apresentando, com clareza e força testemunhal, quem é Ele e qual sua proposta para toda a humanidade. Não se trata, por certo, de estabelecer uma espécie de concorrência religiosa, ingressando na competição por maior número de fiéis. Tampouco se trata de busca de privilégios para a Igreja que, em todos os tempos, é chamada a ser serva humilde e despojada (cf. Lc. 17,7-10). Trata-se de se reconhecer que o distanciamento em relação a Jesus Cristo e ao Reino de Deus traz graves consequências para toda a humanidade. Estas consequências não são percebidas apenas pela redução numérica dos católicos. Elas são igualmente sentidas principalmente nas inúmeras formas de desrespeito e mesmo de destruição da vida”.

que se distancia de práticas religiosas supostamente realizadas por seu principal oponente no campo religioso: os evangélicos, sobretudo os neopentecostais.

A atitude do pastor da Igreja Batista pode ser interpretada sob uma chave semelhante. É comum que aqueles evangélicos que eventualmente se distinguem dos neopentecostais e se mostram intolerantes com as religiões afro-brasileiras, serem criticados por não virem a público promover a defesa de seus princípios e cosmovisões religiosas, também inscritas na lógica contemporânea de apologia às diferenças e reconhecimentos identitários. Em texto recente um antropólogo declara:

“Mas onde estão os bons pastores evangélicos que reprovam o ódio às religiões afro-brasileiras e a fobia aos gays? Conheço vários, mas todos juntos, ainda, não têm a visibilidade dos pastores citados acima.”¹⁸

Alguns pastores, além de João Melo, vieram a público para apresentar a posição de sua religião em relação ao episódio ocorrido com Kaylane. Em 17 de junho de 2015, a rádio CBN veiculou entrevista com o pastor Neil Barreto, presidente da Igreja Batista Betânia. Essa instituição se situa no ramo das protestantes históricas que estão em declínio quantitativo, exatamente em razão do avanço dos neopentecostais. Para o pastor, a intolerância religiosa é produto de ignorância¹⁹ e os agressores de Kaylane não representam os evangélicos. O pastor advoga ainda que os cristãos foram perseguidos historicamente e não podem se transformar em perseguidores na atualidade. Em sua entrevista, além de recuperar o que entende como sendo o papel dos cristãos, deixa uma mensagem solidária à avó da menina agredida: “Eu quero dizer a dona Katia que eu visto branco em nome da paz também”. A solidariedade explícita nessa frase pode ser entendida como indício da política reflexiva dos atores, como venho sinalizando, especialmente os que ocupam uma posição desfavorável, sob o ponto de vista quantitativo, no campo religioso.

Ressalte-se que na narrativa do presidente da Igreja Batista não há menção a nenhuma perseguição histórica realizada pelos cristãos no passado, bem como não se menciona, por outro lado, os episódios contemporâneos de perseguição aos cristãos em países como a Índia, onde uma menina foi queimada por

18 Trata-se de um texto na coluna de opinião do Jornal do CEBRAP, escrito por Ronaldo Almeida, antropólogo da Unicamp e diretor do CEBRAP. Disponível em: <<http://cebrap.org.br/v3/index.php?r=noticias/index&mes=7&ano=2015>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

19 A entrevista na íntegra está em: <<http://cbn.globoradio.globo.com/programas/cbn-rio/2015/06/17/INTOLERANCIA-RELIGIOSA-E-PRODUTO-DA-IGNORANCIA-AFIRMA-PRESIDENTE-DA-IGREJA-BATISTA-B.htm>>. Acesso em: 03 jul. 2015.

nacionalistas hindus²⁰ ou no recente atentado da milícia islâmica a cristãos no Quênia que ceifou a vida de cerca de cento e cinquenta cristãos numa universidade na cidade de Garissa,²¹ para citar apenas alguns exemplos.

Na verdade, a chamada intolerância religiosa que se assiste na sociedade brasileira - independentemente de sua expansão - acontece em vários outros países com tons e vítimas diversos e pode ser compreendida como uma prática reativa em tempos de discursos sobre direitos humanos nas sociedades pluralizadas.

A narrativa do respeito é também acionada pela avó da menina ao identificar nos jovens estudantes da escola judaica experiências comuns:

“A paz que vocês pedem é a mesma que nós pedimos e ela só será concretizada quando nos unirmos. Respeitamos o que vocês creem assim como queremos ser respeitados pela nossa crença”.²²

A secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro se manifestou por meio da sua titular, Teresa Constantino, que coloca claramente em pauta a questão dos direitos humanos. A secretária enfatiza que todo tipo de discriminação deve ser rejeitado em todos os segmentos e não apenas nos religiosos.²³ Nesse caso, o episódio capitaliza também a posição política da secretaria fluminense, francamente o estado com maior número de casos relacionados à intolerância religiosa, conforme a pesquisa feita pelo canal disque-denúncia mencionada na primeira parte deste texto.²⁴ Vale dizer que são dezesseis casos de denúncia no Estado do Rio entre 2011-2014, mas provavelmente nenhum governo estadual queira levantar a faixa que o situa no estado com maior número de casos de intolerância, independentemente da eventual fragilidade dos métodos de coleta que sinalizei no início.

A abordagem sobre respeito à diversidade e expansão de direitos emerge também a partir dos atores do judaísmo que passam a compor a cena do episódio. Michel Gherman, coordenador do Núcleo de Estudos Judaicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, afirma que os alunos necessitam ser informados

20 Episódio ocorrido em Orissa, na Índia, no ano de 2008. Disponível em: <<http://in.reuters.com/news/pictures/cslideshow?sj=200809011203145.js&sn=#a=8>>. Acesso em: 22 maio 2015.

21 Cf.: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/04/1611625-ataque-de-milicia-a-universidade-no-quenia-deixa-15-mortos.shtml>>. Acesso em: 22 maio 2015.

22 Cf. em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/religiao/menina-apedrejada-apos-festa-de-candoble-recebe-homenagem-de-alunos-de-escola-judaica-16654555>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

23 Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2015/06/no-rio-centenas-de-pessoas-se-reunem-em-ato-contra-intolerancia-religiosa/>>. Acesso em: 02 jul. 2015.

24 Cf.: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/06/rio-de-janeiro-e-o-estado-com-mais-casos-de-intolerancia-religiosa>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

sobre o “direito à igualdade”. A diretora da escola judaica visitada por Kaylane, Telma Polon, ressalta que o apoio a Kaylane se inscreve numa lógica ou “filosofia do colégio” e aproveita a oportunidade para evidenciar alguns ideários que integram a perspectiva do judaísmo, religião minoritária no Brasil.

“Tentamos reforçar sempre essa luta contra a opressão e defender o respeito ao próximo. E o mais legal é que até as crianças entendem esse pensamento e pedem mais atitudes como essa”²⁵.

Esses atores acionam, tanto a ideia de respeito quanto de direitos para justificarem o convite à menina Kaylane. Sendo o judaísmo uma religião cujos adeptos historicamente foram vitimizados e perseguidos, seus líderes promovem um discurso que o legitima em razão de aproximarem essa religião de outros grupos que eventualmente são marginalizados em razão do credo.

Foi a voz da mãe da menina Kaylane que sinalizou uma vez mais a existência de uma espécie de afinidade eletiva entre religiões afro-brasileiras e judaísmo numa conjugação impensada e francamente efetivada pela chave do preconceito comum que vilipendia ambas as tradições. Embora a mídia não tenha dado ao fato o devido destaque, vale informar que a mãe da menina, Karina Coelho, é evangélica, membro da Igreja Pentecostal Assembleia de Deus Vitória em Cristo (ADVEC), a mesma do pastor Silas Malafaia. Assim, em um de seus vídeos no canal Youtube o pastor Silas menciona de forma irônica este fato, afirmando que Karina seria batizada em breve em sua Igreja e isso deveria servir para “calar a boca” dos que acusam de intolerantes a ele e aos membros de sua denominação²⁶.

A Assembleia de Deus, denominação com maior número de adeptos no Brasil, ganha mais notoriedade e distinção no caso, não apenas pelas querelas de Silas Malafaia com Boechat, como também pelo fato de que na reescrita do episódio emerge um novo ator que beneficia a posição da igreja em um episódio em que evangélicos em geral são colocados em xeque: a mãe assembleiana de Kaylane.

Voltando ao discurso de Karina Coelho na escola judaica, identificamos o que pode ser concebido como um ponto de ligação entre os adeptos das religiões afro-brasileiras e os judeus²⁷.

“Fico muito feliz com essa recepção. Afinal, vocês também são pessoas que sofrem esse tipo de intolerância. É uma pena isso partir de algo lamentável

25 Cf.: <<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2015/07/03/menina-vitima-de-intolerancia-religiosa-visita-escola-judaica-no-rio/>>. Acesso em: 03 jul. 2015.

26 A declaração que acontece nos minutos finais do vídeo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dUcSWmRXLrU>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

27 Não consegui obter informações sobre a denominação a qual pertence.

que aconteceu com minha filha, mas estamos todos aqui reunidos porque, por mais que sejamos de crenças diferentes, no final das contas, só queremos a paz.”²⁸

As dinâmicas da tolerância aqui analisadas parecem não agregar a ideia de reconhecimento universalista. Seguindo a esteira de Rouanet (2003), mais do que considerar ser a tolerância o ponto mais alto alcançado em nossa “cidadania cosmopolita” (Kristeva *apud* Pierucci 1999:163), analiso que o reconhecimento colocado numa perspectiva mais universalista lograria mais sucesso em contexto de pluralismo religioso. O reconhecimento das diferenças se consolidaria como uma atitude ativa que não implica na existência de um lugar de superioridade sobre a crença ou a posição do outro diferentemente situado no campo religioso brasileiro.

Embora a chave dos direitos humanos esteja presente nas políticas reflexivas dos atores em jogo, a ideia de respeito parece contemplar muito mais a tolerância do que o reconhecimento. Sergio Rouanet (2003) nos ajuda a situar essas intencionalidades aqui analisadas como um estágio ainda mecânico de convívio das diferenças, uma passagem a ser extrapolada para o que seria a atitude de reconhecimento dos princípios, valores e crenças do outro em contexto de diversidade religiosa.

Sociologicamente falando sobre as querelas religiosas no espaço público

Alguns dos embates de Antônio Flávio Pierucci estiveram orientados pelo modo como os sociólogos da religião no Brasil analisavam seus objetos; como se posicionavam, como os escolhiam, como os interpretavam. Ricardo Mariano (2013) nos recorda que Pierucci, além de ter seguido as lições weberianas, adotou recomendações de Pierre Bourdieu sobre a incondicional necessidade de objetificação reflexiva que deve conduzir o sociólogo naturalmente a objetificar a própria crença.

Inquietações dessa natureza têm pautado alguns dos meus recentes trabalhos (Fernandes 2013; 2013a) nos quais defendo não apenas a conjugação das ferramentas de análise de modo criativo e instigante como o exercício de uma certa fidelidade ao campo científico no qual a análise da religião em nossa sociedade pode ser profícua a partir de nosso “artesanato intelectual”.

Pareceu-me proveitoso ainda lembrar uma velha lição weberiana aqui utilizada: aquela de que “o indivíduo é também o limite superior e o único portador

28 Disponível em: <<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2015/07/03/menina-vitima-de-intolerancia-religiosa-visita-escola-judaica-no-rio/>>. Acesso em: 03 jul. 2015.

da conduta significativa” (Weber, 1922, *apud* Gerth; Mills, 1982: 74). Além disso, considerei importante inscrever o episódio ocorrido com a menina Kaylane sob a ótica de uma certa sensibilidade à “singularidade qualitativa da realidade cultural”, percorrendo a mesma lógica weberiana que considerará que as diferenças qualitativas se apresentam como resultados de mudanças quantitativas. (Weber, 1922 *apud* Gerth; Mills, 1982: 78).

O conceito de intolerância religiosa foi tratado como termo típico ideal na perspectiva dos interesses subjetivos dos diferentes atores analisados. A cena pública foi preenchida pelas ações desses atores – pastores, padres, bispos, religiosos de diferentes tradições – agindo de modo racional em seus meios, mas não necessariamente racional em relação aos fins visados, a saber, o reposicionamento no campo religioso brasileiro, implicando reconhecimento institucional identitário, legitimação, expansão de suas narrativas religiosas em um campo religioso pluralista. Essa característica do campo é inerente ao processo de secularização, conforme demonstrado nos estudos de Pierucci (1998; 2013) inspirados nos aportes teóricos weberianos.

Poucas realidades seriam mais apropriadas do que a brasileira para se compreender o que Pierucci (1998) considerou como uma multiplicidade de sentidos que segue de perto o termo secularização. Por isso mesmo, ele nos convidou ao esforço da clareza dos conceitos, ao desenvolvimento de certa epistemologia da secularização. Seu tratamento ao termo esteve sempre bem delimitado no que considerou ser o seu núcleo duro: a normatividade jurídico-política (Pierucci, 1998: 2). Por estar o termo assim disposto, parecia-lhe absolutamente inconsistente advogar – em razão do pluralismo religioso – a ideia de retorno do sagrado, já que no plano sociocultural esse autor nunca preconizou a existência da secularização, mas antes de uma clara “conflitividade multidirecional” (Pierucci, 2013: 54) em que o religioso também estaria contemplado.

Nesta mesma linha, tendo a questionar a análise da diversidade religiosa sob a ótica do retorno do sagrado assim como sob a mera negação de sua existência sob o argumento de ser o Brasil um país majoritariamente cristão. Neste ponto específico dirijo de Pierucci (2006). Assumindo a diversidade religiosa como efeito da secularização, interesse-me em compreender os sentidos que o termo pode assumir a partir das diferentes intencionalidades racionais ou não dos atores, e acredito ser tal diversidade visível e plausível a partir dessa perspectiva. Sendo assim, podemos assegurar, como fez Giumbelli (2006), a impossibilidade de reduzir a pluralidade do campo religioso brasileiro à mera polarização minorias x majorias, embora tomar essas noções como pontos de partida contribuam exatamente para demonstrar o complexo mosaico que as constitui.

No afã de abordar percursos sociológicos pautados na concepção weberiana de análise da realidade, considereei promissor usar, ainda que de modo ensaístico – dada a impossibilidade de expansão neste espaço – o método comparado a partir de uma categoria chave acionada por diferentes atores no episódio em evidência: a noção de direitos humanos traduzida continuamente pelas ideias de respeito e tolerância. Procurei evidenciar como algumas narrativas específicas de determinados atores da cena em análise resultaram da “eleição” de ideias que convergiam com seus interesses: perseguição; paz; respeito, tolerância. A própria ideia de “intolerância religiosa” usada indiscriminadamente por atores de diferentes setores sociais ilustra a adequação do conceito de “afinidade eletiva” apontando consequentemente para interesses comuns sempre que a ideia é acionada.

Sugeri ainda que a maneira como determinados episódios são ativados sob a gramática da intolerância religiosa encontra ressonância na agenda contemporânea das políticas de reconhecimento de grupos minoritários (Taylor, 2000) e que essas disputas são, de certo modo, próprias ao ambiente pluralista em que a liberdade religiosa é um valor conquistado. Entretanto, busquei demonstrar as nuances das noções de minorias e majorias a partir da expressividade com que segmentos religiosos tidos como minoria emergiam sob a égide de elementos motores presentes nas políticas de reconhecimento.

Ainda assim, parece haver algo de paradoxal no acionamento das narrativas sobre direitos humanos universais para fortalecer reconhecimento de identidades grupais convocadas de modo particular pelos atores em questão. Tendo, por fim, a concordar com Rouanet (2003) sobre as características de um Estado democrático. Na visão do autor, não seria necessariamente a política de reconhecimento de direitos culturais coletivos o fator decisivo na consolidação da tolerância como um valor positivo. Ao contrário, a salvaguarda do que se entende por diferenças poderia ser garantida por princípios mais universalistas dos direitos humanos sem necessariamente se recorrer a ideários particularistas que promovam a defesa de identidades específicas.

Nesses tempos, paradoxalmente, rejeita-se a ideia de um homem universal, da igualdade humana passível de ser generalizada para dar lugar a defesa de identidades grupais, que se fortalecem pelo viés comunal muitas vezes vilipendiando ou rejeitando o seu diferente. Por fim, cabe perguntar: o pluralismo e a liberdade religiosa exatamente por seu princípio fundador conseguirão fundar a “cidadania cosmopolita” (Kristeva apud Pierucci, 1999:163) ou promoverão o incremento das identidades grupais cada vez mais distantes da concretização de orientações universalistas?

O que vimos aqui, portanto, foi um caso generoso em sua potencialidade para se pensar muitos outros sobre atores religiosos na esfera pública, constituída pela sempre instigante diversidade religiosa brasileira. Novas possibilidades interpretativas estão abertas aos amantes da ciência como vocação ainda em nossos tempos.

Referências:

- BIRMAN, Patrícia. Percursos afro e conexões sociais: negritude, pentecostalismo e espiritualidades. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata. *As religiões no Brasil – continuidades e rupturas*. Petrópolis, RJ: 2006, pp: 189-205.
- BOURDIEU, Pierre. *O ofício do sociólogo*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- DUCCINI, Luciana; RABELO, Miriam. As religiões afro-brasileiras no censo 2010. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Org.) *Religiões em movimento – o censo de 2010*. Petrópolis: Vozes, 2013, pp:219-234.
- FERNANDES, Silvia R. A. Sem religião: a identidade pela falta?. In: Silvia Regina Alves Fernandes. (Org.). *Mudança de religião no Brasil - desvendando sentidos e motivações*. São Paulo: Palavra e Prece, 2006, p. 107-118.
- _____. Os números de católicos no Brasil – mobilidades, experimentação e propostas não reducionistas na análise do censo. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Org.) *Religiões em movimento – o censo de 2010*. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 111- 126.
- _____. *Jovens religiosos e o catolicismo - escolhas, desafios e subjetividades*. Rio de Janeiro: Quartet e FAPERJ, 2010.
- _____. Sobre artífices e instrumentos: o estudo da religião no Brasil e algumas tendências metodológicas. *Estudos de Sociologia*, v. 18. 2013a, p.18.34.
- GERTH, H.; MILLS, Wright. *Max Weber: ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.
- GIUMBELLI, Emerson. Um projeto de cristianismo hegemônico. In: ORO, Ari Pedro; SILVA, Vagner G. (Org.). *Intolerância Religiosa – impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2007, pp: 149-169.
- HIRSCHMAN, Albert O. *Shifting involvements: private interests and public action*. Princeton, Princeton University Press., 1982.
- MARIANO, Ricardo. Pentecostais em ação: a demonização dos cultos afro-brasileiros. In: SILVA, Vagner (Org.). *Intolerância Religiosa – impactos do neopentecostalismo no campo religioso brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 2007, p:119-148.
- _____. Antônio Flávio Pierucci: sociólogo materialista da religião. *RBCS*, v. 28, n. 81, 2013, p. 7-16.
- KRISTEVA, Julia. *Estrangeiros para nós mesmos*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.
- MARIZ, Cecília. Catolicismo no Brasil contemporâneo: reavivamento e diversidade. In:

- TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata. *As religiões no Brasil – continuidades e rupturas*. Petrópolis, RJ: 2006, p: 63-68.
- MILLS, Wright; GERTH, Hans Heinric. *Max Weber: ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1982.
- PIERUCCI, Antônio F. De olho na modernidade religiosa. *Tempo Social*. 20, n. 2, 2008, p. 9-16.
- PRANDI, Reginaldo. As religiões afro-brasileiras no Censo 2010. In: TEIXEIRA, Faustino & MENEZES, Renata (Orgs.). *Religiões em movimento: o censo de 2010*. Petrópolis, Vozes, 2013, p. 203-218.
- _____. Cadê nossa diversidade religiosa – comentários o texto de Marcelo Camurça. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata. *As religiões no Brasil – continuidades e rupturas*. Petrópolis, Vozes, 2006.
- _____. *Ciladas da diferença*. 1ª edição. São Paulo, Editora 34, 1999.
- _____. Secularização em Max Weber - Da contemporânea serventia de voltarmos a acesar aquele velho sentido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, n. 37. 1998, p. 43-73.
- ROUANET, Sergio. O eros das diferenças. *Revista Espaço Acadêmico*, [online], n. 22, 2003. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/022/22crouanet.htm>>. Acesso em: 05 out. 2015.
- SILVA, Vagner G. Prefácio ou notícias de uma Guerra Nada Particular: Os ataques Neopentecostais às Religiões Afro-brasileiras e aos símbolos da herança africana no Brasil. In: SILVA, Vagner (Org.). *Intolerância Religiosa – impactos do neopentecostalismo no campo religioso brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 2007, p: 9-28.
- TAYLOR, Charles. A política do reconhecimento. In: _____. *Argumentos filosóficos*. São Paulo: Loyola, 2000, p. 241-274.
- TEIXEIRA, Faustino. O diálogo inter-religioso: o desafio da acolhida da diferença. *Revista Perspectiva Teológica*. 2002, v. 34, n. 93, p. 155-177.
- WEBER, Max. *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*, Tübingen 1922.

Recebido em: 05/06/2015

Aprovado em: 29/06/2015

Como citar este artigo:

FERNANDES, Sílvia Regina Alves. Sociologia da religião, pluralismos e intolerâncias: pautas contemporâneas. In: *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 5, n. 2, jul.-dez. 2015, pp. 289-308.